



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

22-Procedure Sumário(Procedure de Conhecimento)

0026546-95.2010.8.17.0001



Assuntos: Acidente de Trânsito > DPVAT / Contratos de Consumo > Seguro

Tramitação Preferencial 1

☐ SIM
☒ NÃO

Tramitação Preferencial 2

☐ SIM
☒ NÃO

Gratuidade Judiciária

☒ SIM CF, Art. 5º
☐ NÃO Inciso LXXIV

Nº do Processo
0026546-95.2010.8.17.0001

PROCESSO DO 1º GRAU
Volume 1

Apenso

Data Autuação
19/05/2010 15:34

DISTRIBUIÇÃO

Data: 30/09/2014 12:39
Classe originária:

Tipo: Transferência

ÓRGÃO JULGADOR

Comarca: Recife
Vara: Decima Quarta Vara Cível da Capital - SEÇÃO B

PARTES

Autor : IRIS OLIVEIRA SANTOS DE MELO
Adv : José Orisvaldo Brito da Silva
Réu : SULAMERICA SEGUROS S/A

0026546-95.2010.8.17.0001

IRIS OLIVEIRA SANTOS DE MELO,
brasileira, casada, do lar, portadora da Carteira de Identidade expedida pela SSP/PE
reg. nº 4.530.252, inscrita no CPF/MF sob o nº 783.956.314-72, residente na rua I,
242, Cidade de Deus, Vitória de Santo Antão – PE, vem, por seu advogado ao final
assinado, propor a presente

AÇÃO PELO RITO SUMÁRIO DE
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DE DANOS PESSOAIS - DPVAT
(artigo 20, alínea, "I", do Decreto-Lei n. 73/66)

em face de **SULAMÉRICA SEGUROS**, situada na Av Mascarenhas de Moraes, nº
533, Imbiribeira, Recife, Pernambuco, pelas razões de fato e de direito que passa a
expor:

INICIALMENTE solicita a V.Exa. se digne deferir a
GRATUIDADE DE JUSTIÇA, na forma do art. 4º da Lei 1060/50, segundo redação
ministrada pela Lei 7510/86, eis que a requerente não possui condições de arcar com o
ônus da presente demanda sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo
de subsistência, constituindo o signatário como seu causídico.

DOS FATOS

No dia 12 de setembro de 1990, **LAUREANO**
LUIZ DE VERAS, companheiro da suplicante, faleceu em virtude de acidente
automobilístico, conforme farta documentação acostada.

Escritórios:
Av. 13 de Maio, 33 - Sala 1109 - Centro - RJ - CEP 20031-000
☎ 2533-0692 - Tel./Fax 2240-0431
Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2035 - Sala 403 - Torre II. - D. de Caxias
Tel./Fax: 2772-6915

15:52 19/09/2019 08:0792 DISTRIBUICAO PROCESSUAL 1 ORIN

26546-95

2



José Brito
Advogado

03
86

No intuito do recebimento do valor da Cobertura do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT, o autor dirigiu-se até a sede da ré, ocasião em que apresentou toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 8.441/92.

Entretanto, muito embora a ré tenha **RECONHECIDO** que a morte da vítima foi decorrente de **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO**, bem como **RECONHECEU** como legítimo o pleito da parte autora, porém, ao revés, pagou-lhe a importância de tão-somente Cr\$ 93.517,09, valor, este, inferior ao determinado por Lei, daí a necessidade da presente demanda.

DO DIREITO

A Lei 6.194/74 prevê que o beneficiário receba o valor da cobertura do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais - DPVAT junto à qualquer seguradora do consórcio (art. 7º do referido diploma legal), frise-se, bastando a mera demonstração de que óbito foi decorrente de acidente automobilístico, bem como demonstrar a sua qualidade de beneficiária, *in casu*, ambos os requisitos foram cabalmente cumpridos em sede administrativa.

Em sendo assim, deve a seguradora ser condenada a efetuar o pagamento do valor da cobertura de 40 (quarenta salários mínimos federais), hoje, equivalente a R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), deduzido, portanto, o valor recebido extrajudicialmente de Cr\$ 93.517,09, que, com a devida correção monetária, é equivalente a R\$ 2.288,11.

COBERTURA SEGURADA - 40 SALÁRIOS MÍNIMOS

DATA DO EFETIVO PAGAMENTO

(artigo 3º, "a" c/c § 1º, do art. 5º, ambos da Lei 6.194/74)

Assim é, ressalte-se, porque o artigo 3º, "a" c/c § 1º, do art. 5º, ambos da Lei 6.194/74, determina, indubitavelmente, que o valor da cobertura do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais - DPVAT, em caso de morte, será de 40 vezes o maior salário mínimo vigente no país à época da liquidação do sinistro, ou seja, NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, eis que a interpretação de "LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO" não pode ser outra, senão esta.

Frise-se, pois, que não se pode confundir o valor do salário mínimo na data do "SINISTRO" (morte decorrente de acidente automobilístico), com o valor do salário mínimo na data da "LIQUIDAÇÃO DO

Escritórios:

Av. 13 de Maio, 33 - Sala 1109 - Centro - RJ - CEP 20031-000

☎ 2533-0692 - Tel./Fax 2240-0431

Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2035 - Sala 403 - Torre II, - D. de Caxias

Tel./Fax: 2772-6915



José Brito
Advogado

24
20

SINISTRO" (*data do pagamento integral da cobertura*), ou, ainda, com o salário mínimo na data do **"ATO ILÍCITO DA SEGURADORA"** (*data da negativa injustificada de pagamento da cobertura*).

Por derradeiro, vale esclarecer que a matéria encontra-se **pacificada** através da **Súmula 88** do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que assim dispõe:

"A indenização securitária prevista na Lei nº. 6.194/74, de 19 de dezembro de 1974, é mero parâmetro e não contrasta com o disposto no art. 7º, IV, da Constituição Federal..."

DO PEDIDO

Face ao exposto, a parte autora requer o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, bem como a seja a prestação Jurisdicional entregue da seguinte forma:

- a) determine a citação da seguradora-ré, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, bem como designar data para a realização de audiência de conciliação, na forma do art. 277 do Código de Processo Civil;
- b) seja a ré **CONDENADA** ao pagamento em favor da parte autora no valor de 40 salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro (**DATA DO EFETIVO PAGAMENTO**), por força do art. 3º, alínea "a" c/c §1º, do art. 5º, ambos da Lei 6.194/74, bem como da Súmula 88 deste Egrégio Tribunal, ou seja, ao valor total, hoje, de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), deduzido o valor recebido extrajudicialmente (R\$ 2.288,11), conforme a tabela anexa.
- c) Seja a ré, ainda, **CONDENADA** no pagamento das custas processuais e juros, onde couber, bem como em honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

DAS PROVAS



José Brito
Advogado

05
b

Requer a parte autora como provas, todas as em direito admitidas, em especial, **prova documental superveniente, bem como expedição de ofício à FENASEG, se necessário for.**

DO VALOR DA CAUSA

Direito.


Dá-se à causa o valor de R\$ 19.923,07, para fins de

DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Por fim em cumprimento ao art. 39, I, do CPC, o autor informa que receberá todas as intimações referentes a este processo na Av. 13 de Maio, nº 33 sala 1109, Centro, Rio de Janeiro – RJ, e, requer ainda, **que todas as publicações sejam efetuadas exclusivamente em nome do Dr. José Orisvaldo da Silva, inscrito na OAB/RJ sob o nº 57.069, sob pena de nulidade, a teor do art. 236, § 1º, do CPC, esperando deferimento.**

Pede Deferimento.

Recife, 29 de março de 2010.


José Orisvaldo Brito da Silva
OAB/RJ 57.069


RODRIGO ALVES
OAB/PE 23351

Escritórios:

Av. 13 de Maio, 33 - Sala 1109 - Centro - RJ - CEP 20031-000
☎ 2533-0692 - Tel./Fax 2240-0431

Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2035 - Sala 403 - Torre II. - D. de Caxias
Tel./Fax: 2772-6915